



## APRESENTAÇÃO

A ideia deste dossiê nasceu no curso "Walter Benjamin: experiência, mediação pelas novas tecnologias e surgimento do novo", ministrado pelo Prof. Dr. Bernhard Johann Fichtner, da Universidade de Siegen, na Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), que problematizou educação, arte, história, infância e Pedagogia Social. Posteriormente, essa ideia do dossiê se ampliou com a articulação com o Grupo de Pesquisa da Infância do Prof. Dr. Fábio Andrade, da Universidade Federal de Rondônia (Unir).

Esses esforços têm nos permitido a construção de uma rede de pesquisa nacional e internacional composta por pesquisadores de diferentes instituições.

Desde 2017, as ações dessa construção da rede de pesquisa firmaram parcerias nacionais e internacionais entre a UPM com pesquisadores da Unir e um conjunto de pesquisadores de instituições públicas e privadas, e pesquisadores da Universidade de Siegen e da Alanus University of Arts and Social Sciences, da Alemanha.

Entre as relações estabelecidas, destacam-se cursos, colóquios, projetos de pesquisas e publicações em periódicos para divulgação e renovação dos conhecimentos produzidos. Cabe aqui uma ênfase ao projeto de pesquisa "Lidando com novos espaços: crianças e adolescentes na apropriação do complexo arquitetônico do Centro Educacional Unificado – CEU Butantã (SP, Brasil)", financiado pelo Fundo Mackenzie de Pesquisa (MackPesquisa), que buscou investigar práticas, formas de apropriação, socialização e convivência da infância e da juventude nesse espaço.

Em 2018, fizemos a proposta da escrita de um dossiê que tematizasse um pouco dessas pesquisas e articulações. Definimos como título do dossiê "A infância e seus múltiplos lugares. A modernidade em Walter Benjamin: pensamentos e conceitos".

A proposta se fez imperativa na medida em que os campos de estudo da Pedagogia Social e da História Cultural se adensaram em diferentes debates de natureza teórico-metodológicas, categorias analíticas e conceitos.

Os artigos que compõem este dossiê vislumbram indagações do "tempo presente", desvendam silêncios e possibilitam construções de "outras histórias".

O pensar a infância instantaneamente nos remete ao mundo da criança, em que o cuidado, a brincadeira e a educação se tornam fundamentos do desenvolvimento físico e mental. Na trilha de compreensão da infância, podemos ver o mundo fora de sua fôrma e de sua forma, deslocando-nos para o não lugar.

O mundo da infância nos permite sensações clandestinas, não legalizadas. Atravessa-nos pela inventividade, pelas profanações, pelos encontros, pelos desencontros, pelas experiências, pela humanização, pela infância. É pela infância que se promove a possibilidade de continuidade com o mundo ou, como destaca Arendt (2009, p. 247), é "pelo nascimento que esse mundo constantemente se renova", pois, sem a infância, sem a abertura do novo, do imprevisto, do inesperado, o mundo entraria numa inevitável ruína.

Quando buscamos a infância na história do Brasil, deparamo-nos com a dificuldade de compreensão do tema, tendo em vista a carência de fontes que tratam da infância, principalmente da mais pobre: "Se a documentação oficial pouco informa sobre a mulher, quase esquecida, a criança é mencionada apenas marginalmente, e somente quando se torna coadjuvante ou participe em uma ação" (SCARANO, 2004, p. 107).

Historicamente a infância foi construída "a partir de um processo de longa duração que lhe atribuiu um estatuto social e que elaborou as bases ideológicas, normativas e referenciais do seu lugar na sociedade" (SARMENTO, 2005, p. 365). A infância é um lugar de múltiplas dimensões e de constantes mudanças provocadas pelo tempo e pelo espaço, mas ficou limitada à classificação de adultos em miniatura. De acordo com Redin (2007, p. 15), a infância era concebida como espaço de "insignificância, como um tempo de aprender para ser logo adulto civilizado [...]. Na mentalidade da maioria dos adultos a criança é um ser que pouco ou nada tem a dizer". Toda a discussão sobre a infância e seus múltiplos lugares pertence ao Brasil contemporâneo. Historicamente a discussão sobre infância se moldou aos tempos e espaços, sendo influenciada por fatores políticos, econômicos, sociais, religiosos, dando à criança a imagem da insignificância e de adulto em formação. Esse comportamento que apenas intensificou o sofrimento das mais pobres.

Compreendendo a infância como uma fase da vida em que o desenvolvimento humano se acentua, faz-se necessária a ampliação da discussão sobre os espaços positivos para o desenvolvimento saudável e humanizado que respeitem as peculiaridades próprias de cada idade. Viver a infância significa ser criança, brincar, viver, aprender, educar e ser educada.

No entanto, em caminho inverso, a infância no Brasil foi marcada por crueldades inimagináveis geradas nas famílias, nas escolas, nos grupos sociais, nas igrejas e nos espaços públicos. O contexto político e social brasileiro, envolvendo as crianças e os adolescentes, só começou a ser modificado no final da década de 1980, quando o país passou por um processo de "redemocratização", em que a sociedade civil e principalmente os movimentos sociais se mobilizaram na defesa da igualdade e da garantia de direitos. Com base nessa mobilização, surgiu a Constituição brasileira de 1988, cujo artigo 227 estabelece o princípio da defesa e garantia de direitos de todas as crianças e todos os adolescentes, sem quaisquer distinções. Foi a partir desse artigo que se originou, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considerado, mundialmente, uma das mais modernas leis direcionadas à questão da criança e do adolescente, servindo de referência para vários países. O ECA con-

siste num instrumento de reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de saberes, direitos e deveres, independentemente de sua condição social, cultural ou econômica, retomando a reflexão sobre a infância e seu tempo.

Com a criação do ECA, extinguiu-se a Doutrina de Situação Irregular, e as crianças passaram a ser incluídas na Doutrina da Proteção Integral, deixaram de ser adultos em miniatura, tornaram-se crianças e adolescentes, tiveram suas idades e fases de desenvolvimento respeitadas e ganharam prioridade absoluta nos atendimentos públicos. Criança passou a ter, teoricamente, o direito de brincar, de estudar, de ter saúde, de ter alimentação, de viver!

Nos dias atuais, mesmo com a vigência do ECA, que ampliou e definiu os compromissos da família, da comunidade e do poder público para com os direitos da criança e do adolescente, garantindo-lhes os mesmos direitos que têm os adultos e mais os direitos especiais aplicáveis a cada idade, muitos ainda convivem com a privação dos seus direitos básicos, com a intolerância, com o racismo, com a negligência do Estado e com outras formas de violência.

Precisamos nos identificar com as crianças sem tirar sua individualidade, e buscar com elas respostas "para suas inquietações do existir no mundo. Fazendo a história com a criança. Isto pressupõe [...] ceder a participação nas decisões de todas as situações do processo educativo" (FREIRE, 1989, p. 13). Também é preciso

[...] conhecer as representações de infância e considerar as crianças concretas, localizá-las nas relações sociais, reconhecê-las como produtoras da história. Torna-se difícil afirmar que uma determinada criança teve ou não infância. Seria melhor perguntar como é, ou como foi, sua infância (KUHLMANN, 1998, p. 31).

Num Estado democrático e humanizado, crianças e adolescentes necessitam de atividades e lugares que respeitem suas diferenças, suas culturas e seus saberes, que valorizem a educação de qualidade e a garantia de direitos. Nesse contexto, as pesquisas científicas assumem o importante papel de PENSAR a infância e seus múltiplos lugares de vivência e sociabilidade, refletindo sobre possibilidades de efetivação da garantia dos direitos.

Ao pensarmos num dossiê sobre "A infância e seus múltiplos lugares", buscamos interperlar a diversidade dos espaços ocupados pelas crianças, a partir do diálogo com Paulo Freire e Walter Benjamin, reconhecendo e compreendendo os significados e significantes sobre ser e viver a infância. Compreendemos que a infância

[...] existe enquanto um espaço social para receber qualquer criança nascida e para incluí-la – para o que der e vier – por todo o período da sua infância. Quando essa criança crescer e se tornar um adulto, a sua infância terá chegado ao fim, mas enquanto categoria a infância não desaparece, ao contrário, continua a existir para receber novas gerações de crianças (QVORTRUP, 2010, p. 637).

Nessa trama, o dossiê buscou provocar pesquisadores e pesquisadoras a pensar a infância e suas rupturas, seus lugares e não lugares, seu mundo visível e invisível. Para tanto, foram selecionados 13 artigos que se dedicam ao pensamento sobre a infância e seus múltiplos lugares.

O primeiro artigo, "Violência e poder na formação social: é possível outro caminho?", dos autores Rosana Maria Pires Barbato Schwartz, Roseli Trevisan Marques de Souza, José Paulo Fernandes Jr. e Leandro Rocha dos Santos, apresenta o pensamento de Walter Benjamin no que concerne às realidades sociais impregnadas de violência física e simbólica que comumente são validadas no âmbito legal de contextos autoritários.

O segundo artigo, "Encontros e desencontros na passagem da educação infantil para o ensino fundamental", apresentado pelas autoras Kelen Galvão e Filomena Maria Arruda de Monteiro, analisa a passagem das crianças da educação infantil para o ensino fundamental, objetivando expandir a compreensão dos conceitos de infância e criança, entre outros referenciados pela educação infantil para o ensino fundamental.

O artigo "A dimensão pedagógica do cinema negro e a autoestima para o desenvolvimento da criança na escolaridade", dos autores Celso Luiz Prudente e Silvana dos Santos Costa Oliveira, trata da importância do cinema negro no processo educativo das crianças, rompendo com a violência e promovendo a autoestima.

O quarto artigo, "As festas juninas em tempo de pandemia: interação e brincadeiras na educação infantil", das autoras Nadia Rockenback, Rosemary Gonçalves de Oliveira e Elaine Teresinha Dal Mas Dias, traz uma reflexão sobre as atividades práticas alinhadas aos eixos integradores interação e brincadeiras inerentes às festas juninas na educação infantil, em tempo de pandemia.

O quinto artigo, intitulado "A prática de contação de história: unidade didática para o desenvolvimento da linguagem da criança surda", de Jessica Ferreira de Carvalho e Fernanda Beatriz Caricari de Moraes, apresenta uma proposta de contação de história na educação infantil, buscando refletir como essa proposta pode contribuir para o desenvolvimento da linguagem a partir da aquisição da língua materna (Libras) em crianças surdas.

No sexto artigo, intitulado "Walter Benjamin, infâncias e a Pedagogia Social: experiências sociopedagógicas desenvolvidas nos Centros de Educação Infantil do Bompar", dos autores Leandro Alves Lopes e Maria Stela Santos Graciani, apresenta experiências sociopedagógicas desenvolvidas em 18 unidades de educação infantil.

No sétimo artigo, "Alguns apontamentos sobre a cultura da infância em Walter Benjamin", os autores Álvaro da Cruz Picanço Junior, Janaina da Silva Gonçalves Fernandes e Matheus Henrique Pinheiro Ribeiro concentraram-se na abordagem e na percepção de Walter Benjamin sobre a "cultura da criança" ante a "cultura do adulto", como caminho para o pensar sobre um processo educacional mais humanizado e mais focado na observação da criança.

O oitavo artigo, "Brincadeira de criança e ciências por investigação na educação infantil", dos autores Maria Candida Varone de Moraes Capecchi, Orlando Coelho Barbosa e Vera

Maria de Lima Silva, apresenta resultados de uma pesquisa que investigou as possibilidades de aprendizagem de aspectos da cultura científica na educação infantil, a partir do interesse das crianças pelas brincadeiras.

O nono, "Comunicação do binômio indissociável na escola: educação e saúde", dos autores Neudson Johnson Martinho, Celso Luiz Prudente e Dacirlene Célia Silva, apresenta resultados do projeto de extensão com interface na pesquisa: "Diálogo e práxis: inovando práticas pedagógicas em educação em saúde nas escolas", que contribuiu para legitimar, entre os professores e gestores das escolas municipais e acadêmicos da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), que a educação e a saúde são fenômenos e necessidades sociais complementares e interdependentes.

O décimo artigo, intitulado "Brincadeiras infantis como espaços de invenção do tempo de vida que nomeamos infância", das autoras Renata Aparecida Carbone Mizusaki e Cleomar Ferreira Gomes, apresenta como as crianças, por meio de suas brincadeiras, constroem sua existência social e cultural, (re)fazendo a grafia do cotidiano de modo inventivo e singular.

No décimo primeiro artigo, "O direito às culturas da infância: indicadores no Currículo Municipal de São Caetano do Sul", os autores Sérgio Oliveira dos Santos, Milene Valentir Ugliara, Raquel Romano Correa e Patrícia Aparecida David observam e analisam os indicadores no documento do Currículo Municipal de São Caetano do Sul que tratam direta ou indiretamente do direito às culturas da infância.

O penúltimo artigo, "(In)definições criativas: a criatividade e o ser-ao-mundo", de Fábio Botelho Josgrilberg, explora definições sobre criatividade e destaca a dimensão social do ato criativo individual como experiências do ser-ao-mundo (*être-au-monde*).

O último artigo, "A invisibilidade da criança e do adolescente em situação de rua denunciada em cartuns", dos autores Juçara Zanoni do Nascimento e Fábio Santos de Andrade, faz uma reflexão sobre o cotidiano das crianças e dos adolescentes em situação de rua representado em cartuns, comumente compartilhados em mídias sociais e que objetivam denunciar a invisibilidade e a violência.

Agradecemos às pesquisadoras e aos pesquisadores que contribuíram para a composição deste dossiê e desejamos a todas e todos uma boa leitura!

**Prof. Dr. Fábio Santos de Andrade**

Universidade Federal de Rondônia (Unir)

**Profa. Dra. Rosana Maria Pires Barbato Schwartz**

Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)

**Prof. Dr. Bernhard Johann Fichtner**

Universidade de Siegen

## REFERÊNCIAS

- ARENDDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990.
- FREIRE, P. *Educadores de rua: uma abordagem crítica: alternativas de atendimento aos meninos de rua*. São Paulo: Unicef, 1989.
- KUHLMANN, M. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- QVORTRUP, J. A infância enquanto categoria estrutural. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 631-643, maio/ago. 2010.
- REDIN, M. M. Sobre as crianças, a infância e as práticas escolares. In: REDIN, E.; MULLER, F.; REDIN, M. M. (org.). *Infâncias: cidades e escolas amigas das crianças*. Porto Alegre: Mediação, 2007.
- SARMENTO, M. J. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 91, p. 361-378, maio/ago. 2005.
- SCARANO, J. Crianças esquecidas das Minas Gerais. In: DEL PRIORE, M. (org.). *História das crianças no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004.